

Congresso pode forçar governo a cortar mais

Orçamento

BRASÍLIA — O governo terá de cortar Czs 482 bilhões no orçamento de 1989, se prevalecer o parecer do relator-geral da Comissão Mista de Orçamento, senador Almir Gabriel (PMDB-PA) à proposta encaminhada segunda-feira ao Congresso. Este valor corresponde à compensação que a União terá pela fórmula de pagamento da dívida de estados e municípios. O déficit previsto pelo governo, de 0,56% do PIB, deverá se confirmar, segundo Gabriel.

Na mensagem do Executivo, a União pretendia receber de estados e municípios Czs 550 bilhões (Czs 103 bilhões da dívida a vencer em 1989 e Czs 447 bilhões da dívida vencida). Os seis estados mais endividados (São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná e Bahia) vão pagar Czs 68 bilhões

— os outros 17 estados nada pagarão. A diferença de Czs 482 bilhões será coberta de uma forma que não ficou clara.

De acordo com Almir Gabriel, a comissão "indicará" ao Executivo a transferência de Czs 60 bilhões de ingressos externos não realizados (sem contrapartida do governo). Czs 145 bilhões de avais para instituições públicas e privadas. Czs 145 bilhões de lucros do Banco Central. Czs 70 bilhões de recursos do Tesouro e mais Czs 120 bilhões por conta da diferença de juros na colocação de títulos públicos prevista na primeira mensagem orçamentária em relação à estimada pela última proposta do Executivo.

SÓ INDICA

A soma dessas rubricas é de Czs 540 bilhões, superior à dife-

rença do que não será pago pelos estados e municípios. Mas o senador Almir Gabriel não soube indicar de onde a União vai tirar recursos para compensar as rubricas esvaziadas por conta do pagamento dos débitos estaduais e municipais. "O Congresso só indica o que fazer, o resto é com o governo", disse ele.

Gabriel informou que na proposta do governo "ficou entendido" que a União esperava o pagamento de Czs 103 bilhões. "Os Czs 447 bilhões restantes estavam soltos", destacou o senador. Ele revelou também que o Palácio do Planalto havia negociado, secretamente, uma fórmula de pagamento das dívidas com os governadores de Estado — o que desautorizaria as ameaças de aumento de imposto, feitas pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega.

01 DEZ 1988

ESTADO DE